

29.03.2017 – 14h00

Relatório da audição

Entidade: Sociedade Portuguesa de Autores (SPA)

Recebido por: Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

Assunto: Avaliação do impacto da aplicação do Acordo Ortográfico de 1990

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990, Deputado José Carlos Barros, deu as boas vindas ao Senhor Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA), José Jorge Letria, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando-lhe de seguida a palavra para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor Presidente da SPA salientou que o assunto em apreço exigia uma tomada de posição por parte de todos e um debate a todos os títulos imprescindível e que a SPA tinha uma perceção muito rigorosa daquilo que as pessoas sentiam e da perspetiva existente sobre o Acordo Ortográfico (AO), fruto da relação dos próprios autores com o uso quotidiano da palavra escrita. A este respeito, disse que a comunidade de autores que lida com a língua portuguesa escrita e falada tem a sua posição sobre o AO, constituindo esse, sem dúvida, um desafio forte e poderoso para todos.

O Presidente da SPA adiantou também que na consulta feita ao universo autoral, realizada em maio de 2013, 145 autores manifestaram-se abertamente contra o AO, considerando-o um fracasso, um desaire, um acordo a que Portugal não valia a pena continuar vinculado, e 23 a favor, decisão essa que foi desde logo comunicada ao universo de cooperadores e legitimou a decisão da SPA de não vincular a produção de textos ao AO, continuando a utilizar a norma antiga.

A partir dessa altura a SPA ficou a aguardar o desenrolar de todo este processo, tendo-lhe nessa altura sido transmitido que durante o ano de 2014 talvez houvesse alguns desenvolvimentos acerca desta matéria.

Como autor e escritor que é há décadas, e tendo já manifestado o seu desejo de que as suas edições não contemplem a norma ortográfica que resultou do AO, disse também que a sua perplexidade e inquietação têm vindo a aumentar e que como autor que é de muitos livros para crianças e jovens corre o risco imediato de não ter os seus livros incluídos no Plano Nacional de Leitura, o que, do ponto de vista da sobrevivência dos autores no mercado editorial, é algo que reveste uma grande complexidade.

Considera que o seu percurso como autor também deve depender da aceitação ou não do AO a nível dos livros para os mais jovens, o que complica ainda mais a sua sobrevivência como escritor. Está a pensar levar a cabo uma nova consulta ao universo autoral solicitando a intervenção de todos para que se possa ter um elemento de referência para o debate em torno desta matéria.

A posição dos autores contra o AO tem vindo a radicalizar-se cada vez mais na sociedade portuguesa. Não querendo ser redutor, o Presidente da SPA sente que as pessoas consideram que já não há AO e que aquilo que o envolve em sede de debate nacional ou debate mediático é essencialmente a consequência de um processo mal conduzido desde o seu início, pouco transparente, com pouco rigor e mal gerido e que ninguém sabe como que vai terminar. Adiantou também que ninguém se pode esquecer que não foi feita qualquer consulta pública às entidades que do ponto de vista institucional lidam no dia-a-dia com a língua portuguesa e que deveriam ter sido ouvidas, como a SPA, que tem no seu quadro de cooperadores cerca de 160 escritores, a Associação Portuguesa de Escritores e as universidades.

De seguida, colocaram diversas questões os Senhores Deputados Margarida Mano (PSD), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

No final, o Senhor Deputado José Carlos Barros (PSD) usou da palavra para apresentar um conjunto de questões em nome do Senhor Deputado Diogo Leão (PS), que não pode comparecer à reunião.

No final, o Senhor Presidente da SPA respondeu às questões colocadas, tendo adiantado que este é sem dúvida um grande desafio político para o Parlamento, o Governo e a própria sociedade portuguesa.

Relativamente à questão de saber como sair desta situação, o Professor Artur Anselmo propõe uma solução digna de apreço e reflexão e que tem a ver com a possibilidade de tentar melhorar o que já existe. Não sabendo se esta pode ou não ser uma solução exequível, defende que pode ser um caminho a seguir. Há uma emergência cultural, linguística e política e Portugal não pode ficar muito mais tempo nesta situação. Procurar uma solução que faça convergir as vontades as energias em relação àquilo que existe e tentar melhorar a situação existente.

A situação é insustentável e não se pode prolongar indefinidamente no tempo, criando uma situação de bloqueio institucional, linguístico, cultural e humano porque os autores não sabem quanto tempo mais conseguem sobreviver com esta pressão e estigma.

O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho agradeceu a sua presença e os esclarecimentos pertinentes prestados, dando depois por terminados os trabalhos.

A gravação da audiência encontra-se disponível na página *internet* da Comissão

Palácio de São Bento, 29 de março de 2017



A assessora da Comissão,

Maria Mesquitela